

Modelos de imprensa e a formação identitária do jornalista brasileiro¹

Igor WALTZ²

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

O presente trabalho examina a influência de diferentes modelos de imprensa na construção da identidade do jornalista no Brasil. Da imprensa de opinião ao padrão de objetividade, diferentes arquétipos adotados como parâmetro para a produção jornalística ao longo da História contribuíram para a formatação do papel social do profissional brasileiro. Acerca dessa questão, são analisadas as conjunturas de desenvolvimento de cada modelo e suas marcas particulares na constituição do que é ser jornalista hoje no Brasil.

Palavras-chave: jornalismo; identidade profissional; papel social; história da imprensa.

Introdução

Desde seus primórdios no século XVIII, a figura do jornalista sempre esteve associada a um clima de agitação política. Na formação da esfera pública, fruto da articulação entre forças emergentes e um Estado não mais absoluto, a imprensa foi eleita o principal veículo de burguesia para a dispersão do novo ideário liberal. A invenção de Gutenberg, até então circunscrita a um pequeno estrato social, atingiu novo patamar com intuito de produzir e naturalizar uma racionalidade universal para o ato de fala.

No mundo ocidental setecentista, a figura pública do jornalista se solidificou como um vulgarizador das ideias do Iluminismo, um publicista erudito e engajado na atmosfera de luta política. A partir do Reino Unido, alastrou-se para a Europa continental um modelo de imprensa, um padrão político-noticioso conhecido como “party press” ou “imprensa de partido” (Sousa, 2008). Os jornalistas passaram a formar então um esquadrão de apoio a indivíduos e facções, tomando os libelos como armas de sua luta política (Morel, 2005).

Porém, na metade do século XIX, mudanças estruturais e conjunturais levariam a imprensa anglófona, principalmente a dos Estados Unidos, a tomar um caminho de afastamento das esferas políticas e a construir paulatinamente valores deontológicos de

¹ Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Curso de Comunicação e Cultura da ECO/UFRJ, email: igor.waltz@gmail.com.

neutralidade e de objetividade. Tal modelo de jornalismo seria de grande influência para a imprensa brasileira no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, com a expansão da hegemonia estadunidense e do *American Way of Life* para o continente latino-americano.

Não se pode ignorar, contudo, que as reformas da imprensa nacional na década de 1950, influenciadas pelo modelo norte-americano, mais do que introduzir inovações, sistematizaram práticas que já vinham sendo adotada há décadas no Brasil. E mais do que introduzirem alterações imediatas, iniciaram uma lenta transformação levada a cabo entre meados dos anos 1950 e início dos 1970, não sem negociações e resistências. Mesmo assim, tais reformas, tidas como um marco de inauguração de um verdadeiro jornalismo, tiveram impacto significativo nas subjetivações dos homens e mulheres de imprensa a respeito da profissão.

Este artigo pretende analisar as influências de diferentes modelos de jornalismo — da imprensa de opinião tipicamente francesa ao jornalismo de orientação neutra e objetiva — na formatação da identidade do jornalista brasileiro. Na contemporaneidade, quando um novo paradigma comunicacional baseado em interação tecnológica coloca em discussão o papel social do jornalista, nosso objetivo é mostrar que a construção histórica da identidade profissional foi marcada por instabilidades, distensões e negociações simbólicas, jamais tendo havido um modelo “puro” e “dogmático” de jornalismo.

A identidade profissional

Antes de iniciarmos uma jornada no processo de construção identitária do jornalista brasileiro, é imperativo nos voltarmos antes ao conceito de identidade. Lopes (2013) comenta que o processo de construção da identidade de um indivíduo ou grupo nos permite ultrapassar questões relativas ao profissionalismo dos jornalistas e abarcar outras dimensões e variantes que compõem a construção subjetiva que eles têm de si próprios. Nas palavras da pesquisadora, “é vital não confundir o momento de instabilidade como sinônimo de crise de identidade (...) Identidade não pode ser tomada como uma coisa fixa, imutável”. (LOPES, 2013, p.21).

A percepção da fluidez perene da construção identitária é relativamente recente na filosofia ocidental. Em meados do século XX, a partir de avanços nas teorias sociais e nas ciências humanas, a ideia de um sujeito cartesiano, racional, pensante e consciente sofre um abalo. Releituras de Marx e Freud, impacto do feminismo e dos trabalhos do filósofo

francês Michel Foucault lançam por terra a concepção de uma identidade fixa e contínua que permanece aderida ao sujeito durante toda sua vida (Hall, 2005).

Segundo o sociólogo jamaicano radicado na Inglaterra, o sujeito pós-moderno é fragmentado, composto não por uma, mas por várias identidades, assumidas em diferentes momentos, e que não são reunificadas ao redor de um “eu coerente”. O que não significa que as identidades antes tenham sido unas e indivisíveis; o que muda da contemporaneidade é a predizibilidade do sujeito, ou seja, a identidade torna-se mais provisória, variável. Haveria hoje uma gama tão grande de sistemas de significação e representações culturais, que somos confrontados com uma série de identidades possíveis.

Tal ideia entra em consonância com o conceito de Bauman (1998) de “identidades em palimpsesto”, ou seja, identidades que se ajustam rapidamente a um mundo de mudanças constantes e aceleração das trocas materiais e simbólicas. Em vez de se produzirem gradualmente, as identidades sofrem uma série de recomeços. Fonseca & Kuhn (2009) apontam que, nessa nova conjuntura econômica e tecnológica, a representação social do jornalista sofre uma reconfiguração. A imagem de “fiscal do poder” e “intelectual técnico” cede espaço ao “fornecedor de conteúdos”, escravo do fetichismo do tempo real.

No lastro de mudanças mais profundas de ordem social a partir da expansão das novas tecnologias, do jornalista pós-industrial é exigida a maximização seus conhecimentos de ordem técnica. Diferentemente do regime fordista, o trabalho não se organiza mais pela divisão de tarefas: um mesmo jornalista acumula diversas funções, desde a pauta até a edição final. A exigência hoje recairia mais sobre domínio habilidades técnicas do que da fidedignidade da representação da realidade (Fonseca & Kuhn, 2009).

Posto isso, concordamos com Lopes (2013) ao afirmar que a identidade jornalística se integra mais por meio de processos de construção ao longo do tempo e em relações contextuais na complexidade da organização social do que pela manutenção e permanência de critérios fixos para o reconhecimento da profissão. A seguir, trataremos da fluidez da formação identitária dos jornalistas dentro dos contextos históricos do Brasil e de países desenvolvidos do Ocidente e como elas originaram diferentes concepções do que é ser “jornalista”.

O jornalismo no Ocidente

Ao passo que no Brasil a imprensa só encontrou condições políticas para o seu florescimento no início do século XIX, nos países desenvolvidos do Ocidente o jornalismo

já tinha conquistado sua maioria no período. Durante o século anterior, o Século das Luzes, as revoluções liberais fomentaram o aparecimento do espaço público moderno, onde se formam as decisões e as opiniões, com grande protagonismo da imprensa (Habermas, 1986).

Desde seus primórdios, ainda na fase dos libelos políticos marcadamente panfletários, a imprensa ocidental alimentou-se de uma ideologia de transparência, imbuída da missão de desvelar ao público algo ocultado nas esferas de poder. A França, que durante o século XIX serviu de norte para a produção intelectual no Ocidente, inclusive no Brasil Colônia e no Brasil Imperial, não conheceu o jornalista profissional até o desenvolvimento da imprensa popular entre os anos 1900 e a Primeira Guerra Mundial. Até então, as redações serviam de espaço para a figura de colaboradores, que nelas viam uma espécie de “catalizador” para uma carreira na Literatura e na Política (Neveu, 2006).

Esse status vazio do jornalismo no cenário francês é melhor traduzido pela obra *Ilusões Perdidas*³ (1848) do escritor Honoré de Balzac, ele mesmo um jornalista e malogrado dono de jornal. O romance reflete uma visão sobre a imprensa do século XIX, que poderia abrir caminho ao sucesso ou transformar-se em um canto da sereia, “esterilizando” intelectualmente aqueles que não conseguem se desprender dele. Como analisa Barbosa (2007), “a ficção conserva sempre o vestígio do mundo prático e reorienta o olhar para traços da experiência que inventa um mundo, ainda que não possa romper com as amarras do mundo fictício de onde vem e para onde retorna” (p. 132).

A visão pessimista do “homem de letras” que vende seu talento para o jornal reflete a opinião de Balzac sobre uma geração conformada, carente de heróis e ideais, em um período de retorno do conservadorismo. Lucáks (1965) comenta que o autor percebe que o fim do período heróico da evolução burguesa coincide com a consolidação do capitalismo. “O romance mostra como a literatura (e com ela toda a ideologia) se reduz a simples mercadoria, objeto de troca, e ilustrando a ocorrência da capitalização do espírito em todos os terrenos, insere a tragédia geral da geração pós-napoleônica num quadro social” (LUCÁKS, 1965, p. 97).

De fato, a publicação de folhetins foi uma das estratégias para a popularização da imprensa, feito repetido pelos jornais brasileiros. Um jornalista francês considerado

³ A fala do personagem Vernou resume bem a ideia de Balzac sobre a imprensa da época: “Você liga então importância às coisas que escreve? — perguntou-lhe Vernou com ar de zombaria. — Mas nós somos negociantes de frases e vivemos de nosso comércio. Quando você quiser fazer uma grande e bela obra, um livro, enfim, poderá colocar nele os seus pensamentos, sua alma, amá-lo, defende-lo; mas artigos, lidos hoje e amanhã esquecidos, esses não valem a meus olhos senão aquilo que por eles nos pagam”. BALZAC, Honoré de. *Ilusões perdidas*. São Paulo: Abril Cultural, 1981, p.206.

competente seria aquele com domínio da retórica literária e identificado com tendências políticas, uma vez que as publicações não raramente eram abraçadas por facções e partidos políticos, mesmo a aquelas já organizadas em um modelo empresarial.

Com a excelência profissional fixada sobre o domínio do estilo e da capacidade de defesa da linha editorial, a saída das redações para a coleta de notícia na imprensa francesa manteve-se muito pouca desenvolvida durante muitos anos (Neveu, 2006). Mais do que dar conta do entendimento do que se passa no mundo, a informação de caráter noticioso nesse tipo de imprensa serve para embasar críticas, artigos e crônicas. O acontecimento é transformado em pretexto para o exercício de estilo, em um discurso sobre a atualidade que privilegia o comentário e a expressão de determinadas visões de mundo sem pretensão de neutralidade discursiva.

Essa foi a tônica da imprensa brasileira durante o século XIX e início do XX, uma vez que o mundo francófono não era modelo apenas de imprensa, mas de projeto civilizatório no campo político, social, cultural e artístico. A República foi fortemente influenciada pelos ideais liberais que pululavam na Europa e as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Manaus viveram sua própria *Belle Époque*, sustentada pelos capitais provenientes do início do processo de industrialização e da exploração da borracha.

Por outro lado, a imprensa do mundo anglófono, especialmente nos Estados Unidos, não teria uma gênese distinta da sua congênere da Europa continental, mas não tardaria a trilhar um caminho idiossincrático. Durante muito tempo, assim como a imprensa francesa, o jornalismo produzido na Grã-Bretanha e em suas antigas colônias na América estava conectado a uma longa tradição de engajamento e luta política. Nos EUA, esteve ligado às máquinas partidárias e, na Inglaterra, aos movimentos operários clandestinos.

O jornalismo que vence finalmente em Londres e Nova York não chega a essas cidades antes de ter superado a forte concorrência de uma imprensa politizada. Ocultar meio século em que um jornalismo engajado teve um papel central equivale a reescrever a história do ponto de vista dos vencedores (NEVEU, 2006, p.32).

Muitos autores recaem em um determinismo tecnológico ou econômico ao afirmar que a grande inovação da imprensa de língua inglesa está na separação entre fatos e opiniões e na linguagem objetiva. Estas teriam sido influenciadas por novos aportes tecnológicos, como o telégrafo, que exigiriam uma concisão de palavras, e no surgimento de um novo modelo de imprensa. Mas no século XIX, a separação entre jornalismo e literatura ainda não era clara. O que os diferenciava o jornalismo anglófono da prática

corrente em outras partes do mundo era o *newsgathering*, a coleta de notícias. O profissional estadunidense se definiu antes de qualquer coisa como um coletor de informações (Schudson, 1978; Neveu, 2006). Essa talvez tenha sido a grande mudança na postura do jornalismo, mais tarde adotada como padrão ao redor do mundo.

Na década de 1830, com o aparecimento dos *penny papers*, jornais baratos vendidos nas ruas, a imprensa estadunidense explodiu em números. A circulação diária saltou de 78 mil exemplares para 300 mil. O primeiro deles, *New York Sun*, publicado a partir de setembro de 1833, atingiu circulação de 5 mil exemplares em cinco meses, mais do que qualquer outro jornal antes dele. Em dois anos, as vendas atingiram 15 mil cópias por dia. Em pouco tempo, os *penny press* se expandiram para outros centros comerciais urbanos do país, como Baltimore, Philadelphia e Boston (Schudson, 1978).

Em suas páginas, ganhavam destaque notícias locais, com grande ênfase à apuração e veiculação rápida de notícias. Temas sensacionais como estupros, suicídios, roubo de correspondência e até crianças abandonadas em cestos avançavam sobre o espaço de destaque que antes era primazia da política. Isso não significava que deixavam de ser partidários. Pelo contrário, grande parte das publicações era identificada com alguma corrente e serviam de instrumento para ascensão política de seus proprietários.

A objetividade estava longe de ser uma prática ou um ideal. Contudo, os repórteres começaram a apreciar uma cultura profissional própria, independentes de partidos políticos. Desenvolveram suas próprias mitologias e suas práticas profissionais, como a criação da entrevista (Schudson, 2012). Entre 1880 e 1890, à medida que a profissão ganhava estabilidade, começou a atrair jovens entusiasmados e com educação formal. Cresce a visão dos jornalistas de si como “cientistas sociais” que desvelam fatos políticos e econômicos, e o lide e a pirâmide invertida começam a se institucionalizar.

Esse número crescente de novas práticas identificaram os jornalistas como um grupo profissional com padrões próprios de comportamento. Schudson (1978; 2012), explica que a objetividade se desenvolveu gradualmente nas primeiras décadas do século XX, a partir do processo de profissionalização. O constrangimento da objetividade seria resultado de uma crescente coerência corporativa e “orgulho profissional” dos jornalistas, por um lado, e demanda por controle hierárquico, por outro.

Até a Primeira Guerra, os jornalistas ainda não encaravam os fatos como uma construção humana sobre o mundo, mas aspectos do mundo por si só. Não compreendiam a visão do “mundo” como algo socialmente construído. Até então, a sociedade americana

continuava imersa em um ambiente em que a democracia era um valor inquestionável na política, a livre iniciativa ainda era fortemente cultuada na vida econômica, e poucas pessoas duvidavam da inevitabilidade do progresso.

Com o primeiro conflito em escala mundial, a objetividade finalmente começaria a ser problematizada. Jornalistas, assim como a sociedade como um todo, perderam a fé nas verdades como a garantida de uma sociedade de mercado democrática. A sua experiência de propaganda e relações públicas durante a guerra, posteriormente, os convenceu de que o mundo em que eles relatavam era o que as elites políticas tinham construído para ser relatado. Em tal mundo, não haveria mais espaço para o empirismo ingênuo.

A imparcialidade analítica e processual, portanto, remontaria aos anos 1920, por meio de uma estratégia de filiação dos profissionais a uma “ciência jornalística”, sem interferência de relações públicas ou propagandistas governamentais e empresariais, mas também como estratégia de controle dos editores sobre seus repórteres subalternos. Mas há que se levar em conta que o jornalismo de língua inglesa constitui na verdade um ‘modelo’ mais variado do que o sugerem muitas descrições.

A orientação factual típica da imprensa anglófona não exclui uma série de tentativas de rediscutir as “amarras” da objetividade e de reaproximar o jornalismo da linguagem literária, como o *New Journalism* nos anos 1960. Em paralelo, na França, onde a imprensa semanal, mais analítica, ainda encontra proporcionalmente um público maior do que a diária, são numerosas as tentativas de importação e adaptação do modelo anglo-saxão ao longo de sua história.

O jornalista no Brasil

A tradição das letras impressas no Brasil iniciou-se tardiamente em comparação às demais colônias americanas. Até a chegada da Corte portuguesa, em 1808, o Brasil era o único território no continente onde a impressão era proibida, e diferentemente de alguns vizinhos sul-americanos, não possuía nenhuma universidade (Lustosa, 2000). Apenas em 1820, com o regresso da Corte Portuguesa à Europa, após o episódio da Revolução do Porto, o monopólio da impressão deixou as mãos da Imprensa Régia, misto de empresa privada e órgão fiscalizador responsável por todas as publicações produzidas na colônia, de obras literárias a documentos da administração real, passando pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, o jornal oficial do governo.

Tal publicação ainda conservava características da imprensa europeia do século anterior. Ao contrário do panorama delineado no Velho Continente àquela altura, ainda eram poucos os jornalistas profissionais no Brasil. “Muitos seriam os padres que acumulariam a condição de eclesiásticos com as de funcionário público e jornalista. A redação da *Gazeta* era uma mistura de redação propriamente dita com repartição pública e claustro”. (LUTOSA, 2000, p. 71).

Não deixa de ser sintomático que o primeiro jornal brasileiro tenha sido produzido fora do país, em um ambiente regulado por uma legislação liberal. O *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa, só conseguiu reverberar como voz dissonante da Coroa Portuguesa entre junho de 1808 e 1822 porque era editado na Inglaterra e traficado para o Brasil, onde imperava a censura total. “Durante treze anos, (...) *Correio* foi o nosso único jornal ‘informativo, doutrinário e pugnaz’, e, por conta dele, Hipólito é não só o fundador da imprensa brasileira como também o criador da imprensa política lusitana” (idem, p. 73).

Apesar disso, nomes como o de Hipólito foram raros na imprensa nacional. Predominaram durante a estadia da Corte no Brasil e o período imperial uma imprensa áulica, pouco politizada. O editor do jornal paulista *O Ipiranga*, Salvador Mendonça, dá a tônica da situação vivida pela imprensa durante a maior parte do século XIX em um editorial publicado em 1869. “Aos produtos desta sagrada indústria escasseiam consumidores, porque geralmente os súditos de um regime que se mantém pela ausência de opinião não podem sentir a falta das liberdades que a imprensa procura reivindicar”. (*O Ipiranga*. 12 de dezembro de 1869. Citado por SODRÉ, 1999, p. 189).

Sem condições para o desenvolvimento de uma imprensa politizada, floresce a partir da segunda metade do século uma aproximação entre imprensa e literatura. Até então, figuravam indivíduos que se dedicavam à imprensa como uma das ações dentro do escopo da política, neste momento começa a consolidar-se no Brasil a ideia do jornalista como “homem de letras”. Os anos de 1855 a 1870 foram de crescimento da intimidade entre jornalismo e literatura, fase em que desponta nomes como Machado de Assis e Manuel Antônio de Almeida.

É só no fim do século XIX, com a retomada do protagonismo da imprensa nos debates políticos que se avolumavam em torno da causa abolicionista e republicana, o jornalismo começa a se desenhar em novos contornos. A imprensa deixa de ser uma iniciativa individual e começa a se organizar como uma empresa privada capitalista, o que gera a redução do número de títulos e a consolidação de publicações mais estáveis e de

maior porte. Os empreendedores individuais não desaparecem, mas deixam de ser predominantes a partir desse quadro. (Barbosa, 2007; Schwarcz, 1987; Sodré, 1999).

Com a consolidação da imprensa empresarial, contudo, o jornalismo começou a adquirir uma nova face. Entre 1890 e 1910, jornais maiores e mais prósperos, organizados como empresas comerciais, baseavam suas operações em publicidade e para isso precisavam aumentar seu círculo de leitores. Publicações como *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Comércio* e o recém-criado *Jornal do Brasil*, começam a transferir seu foco da opinião pública para o valor da publicidade. Aos poucos, os diários começam a se apartar novamente da efervescência política.

Esse jornalismo imbuído de lógica empresarial começou a conquistar características mais conhecidas da grande imprensa atual, ainda que no período não seja possível falar de uma linguagem jornalística. Menos panfletária, a imprensa já se escudava em uma ideia vaga de “neutralidade”, conceito que vai ser melhor construído no Brasil. É nesse escopo que a imagem do jornalista começa a surgir como um conformador da realidade e da atualidade, e não apenas um comentarista crítico do quadro político, seguindo o caminho traçado pelo modelo francês de imprensa.

A função do repórter cresceu de importância: tudo então concentrou-se nele. Uma notícia abala mais o governo do que 30 artigos e 30 artigos não dão ao jornal a tiragem que uma notícia proporciona. Também, a consequência disso é que não há mais jornalistas: todos nós somos, mais ou menos, repórteres e é dos sucessos da reportagem que mais nos orgulhamos. (*Jornal do Brasil*, 1 de janeiro de 1901. Citado por BARBOSA, 2007, p. 24. Grifo nosso).

Evidentemente, as elucubrações literárias e as opiniões virulentas não desapareceram na virada para o século XX, mas o texto jornalístico começou a gradativamente divorciar-se delas. Em processo simultâneo, inicia-se a divisão de trabalho dentro das redações, que passam a se organizar em setores de informação local e telegráfica. Enquanto esta se ocupa com notícias do exterior e do interior do País, produzida por agências de notícias e pelos correspondentes, aquela é voltada para notícias da cidade, desvendadas por repórteres que se espalham por diversas repartições, como policial, cultura e esportes. Observa-se no período o despontar de um processo de especialização.

Apesar da importância da informação internacional, com espaço nas primeiras páginas, a reportagem local ganha cada vez mais destaque, despertando o interesse do público sobre tragédias quotidianas e fatos inéditos e fazendo aumentar a importância do trabalho do repórter. Surge uma nova temporalidade: o leitor não se interessaria mais em

longas reflexões filosóficas a respeito de acontecimentos sociais e políticas; a nova ordem era dizer-lhe o que se passou e como, sedimentando o que mais tarde viria a ser o lide. Tudo isso, a partir de um ideal de reprodução da realidade. “A rigor, o mito da objetividade deve ser percebido na longa duração, como um simbolismo construído pelas próprias empresas jornalísticas e pelos jornalistas para assim cunhar uma distinção, um lugar autorizado de fala” (BARBOSA, 2007, p. 40).

A figura do intelectual é substituída pela do cronista para melhor exemplificar arquétipo profissional que se ascende. O trabalho do jornalista não é mais encerrado dentro dos jornais e seu sucesso não se resume ao talento com a pena; ele ou ela precisa ir às ruas, entrar em contato ora com o submundo da cidade; ora com os bastidores do poder, sempre em busca do novo e do sensacional. Com a valorização do ineditismo, o repórter passa a ser figura central na composição da notícia, cuja a responsabilidade é produzir o “furo”.

Os jornalistas passam a produzir verdadeiras registros do cotidiano, subindo favelas e adentrando terreiros de religiões de matriz africana, produzindo reportagens em série sobre curandeirismo e a vida nos morros, e nem sempre valendo-se de expedientes éticos para conseguir um furo. “Bisbilhotar conversas alheias, ler sorrateiramente textos sobre uma mesa ou mesmo em bondes, são apenas algumas das ações para conseguir o furo de reportagem. Podem também se transformar em outro personagem para elaborar a história” (BARBOSA, 2007, p.38).

É nos anos 1920, com a imprensa sensacionalista e a conseqüente valorização dos *fait divers* e das “tragédias que apaixonavam a cidade”, a imparcialidade começa a se solidificar como uma mítica presente dentro das redações, definindo a conduta daqueles que aspiram à posição de tradutores do mundo para o público. A separação entre o mundo da opinião e da informação constrói aos poucos o conceito de objetividade como algo imprescindível à notícia e como aspecto fundamental da profissão. Os jornalistas, ao falarem de si mesmos como grupo, instauram signos distintivos em relação a diversos outros, formam uma identidade especial como detentores da informação. Contribui, portanto, para o surgimento de uma mítica de “vocação e amor verdadeiro à profissão”, uma dedicação total a uma “missão” política e social (Barbosa, 2007).

Esse valor profissional, resultado de um processo de fixação identitária do jornalista — isento e imparcial —, passa a ocupar lugar emblemático entre os membros do grupo. Mas ao contrário do que se passava com a imprensa norte-americana após a Primeira Guerra, quando a delimitação da norma de objetividade concorreu a aspirações

profissionais dos jornalistas, o processo de profissionalização do jornalista brasileiro se deu no rastro de ações institucionais de governo autocráticos, no caso, o Estado Novo (1937-1945), de Getúlio Vargas, e a Ditadura Militar (1964-1985).

Dentro dessa política, o Estado encabeçou o processo de profissionalização dos jornalistas brasileiros, seguindo a tendência “modernização conservadora” pela qual passava o desenvolvimento capitalista no período. Roxo (2014) lembra que tal processo, ao contrário do que ocorreu com os pares do Norte, se deu por via do autoritarismo. A profissão foi “criada” pelo Decreto nº. 910/1938, que tornava obrigatório o registro de jornalistas profissionais no Ministério do Trabalho. Outros Decretos que mereceram destaque foi o nº. 5.480/1943, que regulamentou a criação de cursos de jornalismo, e o nº. 7.037/1944, que instituiu a jornada de trabalho de cinco horas, enquadrava as funções jornalísticas e criava a tabela de remuneração mínima.

As reformas da década de 1950

Pompeu de Souza foi um dos grandes introdutores das reformas baseadas no modelo estadunidense. O profissional, que trabalhou na “Voz da América”, programa de rádio produzido em Nova York, com propaganda aliada, transmitido para a América Latina, conheceu lá um outro padrão de jornalismo e desenvolveu estratégias para adaptá-lo no Brasil. Como diretor de redação do *Diário Carioca* dos anos 1950, Souza coloca a publicação na vanguarda das reformas ao implantar o texto objetivo e a pirâmide invertida em detrimento do chamado “nariz de cera”, reminiscência do galicismo na imprensa brasileira. Insere no processo de produção do jornal o manual de redação, que não tardaria a se espalhar por outras publicações cariocas e brasileiras.

Mas como já dito anteriormente, o processo de modernização do jornalismo da década de 1950 sedimentou “uma série de mudanças que já vinham sendo implementadas desde a primeira década do século e que encontra na conjuntura histórica eco favorável ao discurso da neutralidade” (BARBOSA, 2007, p. 150). As técnicas norte-americanas impuseram ao jornalismo noticioso um conjunto de restrições formais que diziam respeito tanto à linguagem quanto à estrutura do texto. Mais do que trazer rupturas, as reformas devem ser analisadas pelo prisma de um movimento de consolidação, conduzido pelos próprios jornalistas em nome de sua legitimação enquanto comunidade discursiva própria (Ribeiro, 2007).

Será a partir do modelo adotado na década de 1950 que serão construídos valores e representações sobre o ideal profissional. Observa-se, portanto, que os jornalistas brasileiros inserem esse período dentro de uma mítica da profissão, um lugar onde se iniciaria o “jornalismo brasileiro contemporâneo”. As reformas técnicas, que introduzem o ideal de neutralidade e de objetividade, serviram para impor uma dada representação dos jornalistas sobre si mesmos. “É importante na construção memorável dos jornalistas, permanentemente atualizada por múltiplos discursos (inclusive o acadêmico), exaltar valores indispensáveis ao bom profissional” (BARBOSA, 2007, p.158).

Para Roxo (2014), o processo de profissionalização via Estado autoritário e a introdução das novas técnicas redacionais visavam eliminar quaisquer vestígios de relação do jornalismo com seu passado de natureza política, pois as antigas práticas não continham conteúdo informativo. O domínio da técnica e da qualificação acadêmica seriam formas de expurgar o passado político.

Considerações finais

Como observamos ao longo deste trabalho, o desenvolvimento da imprensa brasileira se deu por características próprias e até idiossincráticas, ainda que tenha sofrido a influência de diferentes paradigmas de jornalismo ao longo da história. Se no decorrer do século XIX, um jornalismo mais ou menos engajado politicamente e embebido de uma estética literária teve como estrela-guia a imprensa francesa, o jornalismo norte-americano serviu de modelo em um contexto histórico quando seria interessante separar o jornalismo de qualquer forma de engajamento político.

Na contemporaneidade, quando o jornalista vê seu papel de mediador do mundo rediscutido a partir da proliferação de ferramentas técnicas de produção e distribuição de conteúdos informativos, o que se observa é um abalo de seu papel social, não de sua identidade. Não se pode falar em uma crise de algo que sempre foi pautado por um fluxo contínuo de construções, negociações e reconstruções.

Cabe ressaltar, por último, que dentro de um processo de estruturação identitária, é imprescindível a delimitação do “outro”. Dizer quem é esse “que não sou eu” foi um movimento bastante caro aos profissionais, fruto de uma luta travada ao longo da história da imprensa em nome de uma autodeterminação em relação a outros campos, tais como o Direito, a Política e a Literatura. Talvez por isso no Brasil, onde tal processo foi coroadado com deliberações de ordem estatal, não sendo fruto unicamente da batalha empenhada pelos

jornalistas, o movimento da Justiça em acabar com a obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo tenha gerado tanta polêmica. O Estado, que sempre se atentou em regular a profissão por necessidades inerentes aos regimes autocráticos, agora aponta para a desregulação, seguindo agora demandas e pressões de outra ordem.

Em um mundo onde a informação conquista um patamar de centralidade, os profissionais de comunicação se deparam com a concorrência de outras forças, como Estado e empresários da comunicação, em uma corrida cujo prêmio é responder à pergunta: “afinal de contas, quem são os jornalistas?”

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marialva. **Desvendando a face do público: 50 anos de imprensa do Rio pelo olhar do leitor**. Rio de Janeiro: Faperj, 2001.

_____. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira; KUHN, Wesley Lopes. “Jornalista Contemporâneo: apontamentos para discutir a identidade profissional”. Em: **Intexto**. Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 21, p. 57-69 julho/dezembro 2009.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 10.ed.

LOPES, Fernanda Lima. **Ser jornalista no Brasil: Identidade profissional e formação acadêmica**. São Paulo: Paulus, 2013.

LUCÁKS, Georg. **Ensaio sobre literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)**. São Paulo: Hucitec, 2005.

NEVEU, Erick. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo, Loyola, 2006.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **História e imprensa no Rio de Janeiro dos anos 50**. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

ROXO, Marco. “O diabo e o diploma: Como a difamação do passado pode ajudar no jornalismo do presente”. Em: SACRAMENTO, Igor; MATHEUS, Letícia Cantarela (orgs). **História da comunicação: Experiências e perspectivas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the news: a social history of American newspapers**. New York: Basic Books, 1978.

_____. “A norma da objetividade no jornalismo americano”. Em: SACRAMENTO, Igor; MATHEUS, Leticia Cantarela (orgs). **História da comunicação**: Experiências e perspectivas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro**: Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. 4.ed.

SOUSA, João Pedro. **Uma breve história do jornalismo no Ocidente**. Covilhã [Portugal]: BOCC, 2008. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>. Acesso em: 26 maio 2014.